

*Economia -  
Brasil  
PBA*

# LUIZ PAULO ROSENBERG ESTADO DE SÃO PAULO **O piloto sumiu**

10 JUN 1995



## **O sucesso do Real exige desindexação total e avanços nas reformas**

**N**a Argentina, o presidente que, durante seu mandato, elevou o índice de desemprego de 6% para quase 15% conseguiu se reeleger com mais da metade dos votos. Lá, a sociedade aprendeu que não se extermina a inflação com flores e rojões, mas sim com sacrifícios e responsabilidade. Por que esta verdade singela, registrada em qualquer texto elementar de economia, mas inaceitável no Brasil, pode ser tão corretamente absorvida pelos nossos vizinhos? Por que eles a apreenderam do modo doloroso: passando por uma hiperinflação. Assim foi também na Bolívia e no Peru. Há mesmo quem acredite que somente os que sofreram os horrores de uma hiperinflação desenvolvem a convicção de que é melhor o desconforto tolerável de um programa de estabilização do que a tortura desenfreada do descontrole total de preços. No Brasil, estamos tentando rechaçar esta tese dolorosa. O Plano Real, com sua pedagógica transição pela URV, é a mais bem sucedida empreitada nesta direção. Nos últimos 12 meses, vimos a inflação despençar, sem o artificialismo do controle de preços, o salário real das classes de baixa renda aumentar significativamente e a produtividade empresarial atingir níveis de Primeiro Mundo. Mais recentemente, voltamos a acumular reservas internacionais. No plano político, a precondição para o sucesso do Real — a modernização da economia — vai-se viabilizando com a formidável ocupação de espa-

ços pelo governo: as vitórias das reformas econômicas no Congresso, a determinação com que FH empunhou a bandeira da privatização e a sua firmeza perante a greve dos petroleiros marcam uma nova fase na nossa história econômica, onde a utopia idílica é substituída pela política de resultados.

Mas a dúvida persiste: já superamos o desafio de ser a primeira nação a alcançar a estabilidade de preços, após termos cortado a hiperinflação, sem nela mergulhar? A verdade é que, apesar do quadro favorável descrito, são mais do que justificáveis dúvidas sobre a evolução do Real a curto prazo. O governo concentra-se na prioridade de viabilizar nessas contas externas e parece desprezar os seguintes fatos demolidores do plano:

■ As pressões inflacionárias decorrentes de aumentos dos preços públicos estão-se tornando intoleráveis. Nos últimos dias, tarifas de ônibus, metrô, táxi, gás, água têm subido algo como 30%, no Rio, São Paulo e demais capitais. Evidentemente, os governos estaduais e municipais que patrocinam estes reajustes estão criando uma nova via de financiamento do gasto público, complementar à arrecadação de tributos. Ao invés de obterem ganhos de produtividade, mantendo inalteradas as tarifas, repassam mais até do que as elevações de custos. Estabelecem-se, então, um automatismo inaceitável de repasses de custos, que tornará o dia-a-dia dos nossos empresários e

trabalhadores inadministrável, aos preços e salários atuais.

■ As taxas de juro estratosféricas estão quebrando o setor público, de empresas e famílias endividadas e pressionando o custo de produção doméstico. Provocam a entrada especulativa de capitais, deprimindo o câmbio com sua abundância, já que a taxa de retorno das aplicações financeiras internacionais, em papéis no Brasil, só encontra paralelo nos ganhos do narcotráfico. Com o financiamento farto, longo e barato para as importações, como pode o produtor nacional concorrer com o similar importado? Semeia-se, portanto, uma crise mais grave do que a necessária para a estabilização.

■ Ao invés de viabilizar a subida da taxa cambial ao limite superior da banda, com a queda dos juros — assim inibindo sadamente importações e fomentando exportações — o governo contra-ataca com a elevação de impostos de importação e, agora, com imposição de cotas. Neste balaio já estão automóveis, eletroeletrônicos, brinquedos, calçados e desafasta que aí vem o setor têxtil. Assim, a combinação câmbio aviltado-juros excessivos induz ao erro corretivo de imposição de barreiras arbitrárias à importação, o verdadeiro oxigênio do Real.

■ A carga tributária está explodindo, surrupiando recursos de quem produz e transferindo-os para o setor parasitário da economia. Um dado apenas: a arrecadação do período janeiro-maio de 1985, quando comparado a igual período de 92 (ainda sob o comando de Collor), revela um crescimento, em dólares, de 180%, uma taxa anual real média de crescimento de 40%. Adicionando insulto à injúria, o ministro da Saúde busca ressuscitar o IPMF e o do

Transportes quer instituir um pedágio privativo do seu Ministério: deveriam buscar recursos exigindo a redução da folha salarial da União, que passou dos US\$ 800 milhões mensais da era Collor para mais de US\$ 3 bilhões, atualmente, sem que qualquer brasileiro percebesse melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo governo. Resultado líquido: pressão crescente de custo sobre o empresário, diminuindo sua competitividade e o emprego.

Estas contravenções ao espírito do Real semeiam desconfianças quanto ao futuro do plano. Realmente, o sucesso do Real exige desindexação total, âncora cambial consistente, preços públicos congelados, juros caindo à frente da recessão que se instaura e avanços nas reformas estruturais, que reduzam o custo do empresário nacional. Ao invés, estamos vendo custo subindo pelas mãos do governo, câmbio deprimido pelos juros escorchantes, preços públicos reindexando-se, remédios tendo aumentos arbitrados e abençoados pela Fazenda, movimentação de ministros para ampliar o sufoco tributário e restrições crescentes à importação. Neste cenário, basta um insensato colocar o câmbio na paridade de um para um e detonaremos uma reindexação incontrolável. Sem Pêrsio Arida para defender os pilares do Real, há que se temer a tentativa da flexibilização sobrepor-se à ortodoxia do plano. Se não nos mobilizarmos para manter o Real na sua rota original, poderemos caminhar para um segundo semestre com mais inflação, mais recessão e, outra vez, a frustração do sonho de estabilidade.

■ Luiz Paulo Rosenberg é diretor da Rosenberg Consultoria e da Linear Administração de Patrimônio